

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA PRIMEIRA EMISSÃO DE  
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e Distribuidora Educacional S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Madalena Sofia 25, 3º andar, sala 03, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 38.733.648/0001-40, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 31.300.094.022, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

SLW CORRETORA DE VALORES E CâMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ sob o n.º 50.657.675/0001-86, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Companhia:

KROTON EDUCACIONAL S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Santa Madalena Sofia 25, 4º andar, sala 01, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.800.026/0001-40, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCEMG sob o NIRE 31.300.025.187, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Garantidora");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385,



de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta"), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2012 ("AGE da Companhia"); e
- II. da reunião do conselho de administração da Garantidora realizada em 11 de janeiro de 2012 ("RCA da Garantidora").

## 2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"):
  - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCEMG e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal "O Tempo"; e
  - (b) a ata da RCA da Garantidora será arquivada na JUCEMG e publicada no DOEMG e no jornal "Valor Econômico";
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
  - (a) inscritos na JUCEMG; e
  - (b) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures

liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

- V. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VI. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

### 3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA


- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades; (ii) comércio atacadista e varejista, distribuição, importação, exportação de livros didáticos, paradidáticos, revistas e demais publicações dirigidas à educação infantil, ao ensino fundamental, médio, supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizante, bem como licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; (iii) ministrar, presencialmente ou à distância, cursos sequenciais e de graduação, de extensão, de pós-graduação *lato e stricto sensu*, de mestrado e de doutorado, técnico e tecnólogo e cursos livres; (iv) prestar serviços de consultoria, pesquisa e treinamento; (v) desenvolvimento, comercialização e licenciamento de *softwares*. A Companhia poderá operar no sistema de franquia, com cessão de marca.

### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para a quitação integral da dívida decorrente da Cédula de Crédito Bancário emitida pela Companhia em 15 de dezembro de 2011, em favor do Banco Bradesco S.A., conforme aditada.

### 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e

The page ends with three handwritten marks. From left to right: a large 'X' mark, a cursive signature, and another cursive signature.

Distribuidora Educacional S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

- 5.2 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do SDT, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.15 abaixo, inciso II), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) até a respectiva Data de Integralização.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser (i) negociadas entre Investidores Qualificados; e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## 6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 550 (quinhentas e cinquenta) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será

expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

- 6.7 *Instituição Escriutadora.* A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Instituição Escriutadora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora dos serviços de banco mandatário das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo), nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* A Garantidora, neste ato, se obriga, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como garantidora, fiadora, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), devidos pela Companhia e pela Garantidora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão ("Fiança").
- 6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer

hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, exigíveis à época e devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, nos termos desta Escritura de Emissão.

- 6.11.2 A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a, (i) estando a Companhia e/ou a Garantidora em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, somente após o adimplemento de tais obrigações, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) estando a Companhia e/ou a Garantidora em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, caso a Garantidora receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.22 abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento de todos os valores vencidos e devidos aos Debenturistas.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de dezembro de 2011 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* O prazo das Debêntures será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2018 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.
- 6.14 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será pago em 5 (cinco) parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. 4 (quatro) parcelas, cada uma no valor correspondente a 20,00% (vinte por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 15 de dezembro de 2014 e a última parcela deste inciso devida em 15 de dezembro de 2017; e
  - II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.15 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2012 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de cálculo, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

$TDI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

$DI_k$  = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

*spread* = 2,0000; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data de cálculo, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.



O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1 Observado o disposto na Cláusula 6.15.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI estiver indisponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, entre a Companhia, a Garantidora e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.15.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que, de forma razoável, melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época, inclusive custos de captação de instituições financeiras no Brasil. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias

relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que, até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.15.3 A Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.15.1 e 6.15.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia e à Garantidora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.15.2 acima.

6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, de 15 (quinze) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate, correspondente aos percentuais abaixo:

- I. caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 15 de dezembro de 2012, exclusive, o prêmio será de 1,00% (um por cento) *flat*;
- II. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2012, inclusive, e 15 de dezembro de 2013, exclusive, o prêmio será de 0,90% (noventa centésimos por cento) *flat*;
- III. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2013, inclusive, e 15 de dezembro de 2014, exclusive, o prêmio será de 0,80% (oitenta centésimos por cento) *flat*;
- IV. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2014, inclusive, e 15 de dezembro de 2015, exclusive, o prêmio será de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*;
- V. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2015, inclusive, e 15 de dezembro de 2016, exclusive, o prêmio será de 0,40% (quarenta centésimos por cento) *flat*;
- VI. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2016, inclusive, e 15 de dezembro de 2017, exclusive, o prêmio será de 0,30% (trinta centésimos por cento) *flat*; e
- VII. caso o resgate antecipado ocorra entre 15 de dezembro de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive, o prêmio será de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) *flat*.
- 6.17.1 O resgate antecipado de que trata a Cláusula 6.17 acima poderá ser realizado após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Cláusula 6.26 abaixo, observadas as seguintes regras: (i) deverão ser resgatadas todas as Debêntures em circulação; (ii) o resgate somente poderá ser feito se não tiver ocorrido o vencimento antecipado das Debêntures; e (iii) serão acrescidos ao prêmio de resgate os Encargos Moratórios, se aplicáveis. A Companhia poderá se utilizar dessa faculdade tão-somente no período compreendido entre a data da convocação da assembleia geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.26.2 abaixo e a data prevista para a realização da referida assembleia, ressalvado que, exclusivamente nessa hipótese, o prazo de aviso prévio de 15 (quinze) Dias Úteis referido na Cláusula 6.17 acima, será reduzido para 3 (três) Dias Úteis.
- 6.17.2 A Companhia deverá comunicar a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data do evento, sobre a realização do resgate antecipado facultativo.
- 6.18 *Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, de

15 (quinze) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização, correspondente aos percentuais abaixo:

- I. caso a amortização antecipada ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 15 de dezembro de 2012, exclusive, o prêmio será de 1,00% (um por cento) *flat*;
- II. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2012, inclusive, e 15 de dezembro de 2013, exclusive, o prêmio será de 0,90% (noventa centésimos por cento) *flat*;
- III. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2013, inclusive, e 15 de dezembro de 2014, exclusive, o prêmio será de 0,80% (oitenta centésimos por cento) *flat*;
- IV. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2014, inclusive, e 15 de dezembro de 2015, exclusive, o prêmio será de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) *flat*;
- V. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2015, inclusive, e 15 de dezembro de 2016, exclusive, o prêmio será de 0,40% (quarenta centésimos por cento) *flat*;
- VI. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2016, inclusive, e 15 de dezembro de 2017, exclusive, o prêmio será de 0,30% (trinta centésimos por cento) *flat*; e
- VII. caso a amortização antecipada ocorra entre 15 de dezembro de 2017, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive, o prêmio será de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) *flat*.

6.18.1 A Companhia deverá comunicar a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do evento, sobre a realização da amortização antecipada facultativa.

- 6.19 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados (i) pela Companhia, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da Instituição Escriuradora; e/ou (iii) pela Garantidora, em qualquer caso, por meio da Instituição Escriuradora.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia subsequente em que os bancos estejam abertos para expediente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Dia Útil"), se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pela Garantidora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, nem sujeitará a Companhia aos Encargos Moratórios, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1, 6.26.2 e 6.26.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pela Garantidora, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
  - II. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído;
  - III. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
  - IV. questionamento judicial ou reconhecimento expresso (inclusive mediante a consignação em juízo, pela Companhia ou pela

Garantidora, de quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão), pela Companhia, pela Garantidora, por qualquer acionista controlador, direto ou indireto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia ou da Garantidora ("Controlador"), e/ou por qualquer sociedade que seja uma controlada direta ou indireta (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Garantidora ("Controlada"), acerca da existência, validade, eficácia ou exequibilidade de qualquer disposição desta Escritura de Emissão;

- V. decisão judicial, em processo ajuizado por qualquer pessoa não mencionada no inciso IV acima, transitada em julgado decretando a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão;
- VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto (a) pela Companhia para qualquer Controlada, nos limites admitidos em lei, desde que a Companhia permaneça solidariamente coobrigada pelo cumprimento das obrigações cedidas nos mesmos termos previstos na Cláusula 6.11 acima, sendo que a referida cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros não afetará de qualquer forma a Fiança e/ou as obrigações da Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão; ou (b) mediante a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso I), exceto, exclusivamente no caso de uma Controlada Relevante, se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento ou for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; (b) decretação de falência da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer de Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer

Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

- VIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, a Garantidora e/ou qualquer Controlada, exceto:
- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
  - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
  - (c) pela incorporação ou incorporação de ações (i) pela Companhia ou pela Garantidora (de modo que a Companhia ou a Garantidora sejam a incorporadora), de qualquer Controlada, de ações de qualquer Controlada ou de parcela cindida de qualquer Controlada; (ii) por qualquer Controlada, de qualquer outra Controlada; (iii) pela Companhia, pela Garantidora ou por qualquer Controlada (de modo que a Companhia, a Garantidora ou a Controlada sejam a incorporadora) de qualquer sociedade, de ações de qualquer sociedade ou de parcela cindida de qualquer sociedade, no âmbito de uma operação de aquisição em que o pagamento seja feito, no todo ou em parte, por meio de emissão ou entrega de ações da Companhia, da Garantidora ou de qualquer Controlada, (iv) por qualquer sociedade, de qualquer Controlada que não seja uma Controlada Relevante;
  - (d) pela cisão da Garantidora, desde que (i) havendo a extinção da Garantidora, a(s) sociedade(s) sobrevivente(s) expressamente assumam(m) solidariamente as obrigações da Garantidora nos exatos termos desta Escritura de Emissão, inclusive por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, a ser realizado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do(s) ato(s) societário(s) que aprovaram a respectiva operação societária; ou (ii) sendo a cisão parcial, nos termos do artigo 229 da Lei



6.404/76, (a) a parcela do patrimônio da Garantidora vertida para outro veículo (que não seja a Companhia ou uma Controlada) seja composta por ativos que contribuam em menos de 30% (trinta por cento) para o EBITDA consolidado da Garantidora (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso IV); ou, alternativamente, (b) o(s) veículo(s) (que não seja a Companhia ou uma Controlada) que absorver(em) parcela(s) cindida(s) do patrimônio da Garantidora se coobrigue(m) pelas obrigações da Garantidora assumidas nesta Escritura de Emissão;

(e) pela Cisão, total ou parcial, de qualquer Controlada, desde que (i) a totalidade da parcela cindida do patrimônio da Controlada cindida seja vertida para a Companhia, para a Garantidora ou para qualquer outra Controlada; ou, (ii) em caso de versão de ativos para qualquer terceiro que não a Companhia, a Garantidora ou qualquer outra Controlada, os ativos vertidos para tal terceiro não representem uma contribuição de mais de 30% (trinta por cento) para o EBITDA consolidado da Garantidora (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso IV); e

(f) se realizada exclusivamente entre, de um lado, a Garantidora ou uma Controlada (exceto a Companhia) e, de outro lado, qualquer Controlada (exceto a Companhia), ou a Garantidora, desde que, no primeiro caso, (i) a Garantidora seja a sociedade sobrevivente; ou (ii) a(s) sociedade(s) sobrevivente(s) expressamente assumam(m) solidariamente as obrigações da Garantidora nos exatos termos desta Escritura de Emissão;

X. redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação;

XI. enquanto as ações de emissão da Garantidora não forem listadas no segmento de negociação designado "Novo Mercado", da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, (a) transferência do controle acionário direto ou indireto (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia, da Garantidora ou de qualquer Controlada Relevante ou (b) alteração (que não constitua uma transferência) do controle acionário direto ou indireto (conforme definição de controle prevista no artigo 116

da Lei das Sociedades por Ações) da Garantidora ou de qualquer Controlada Relevante, que contemple (i) a aquisição e/ou subscrição da maior parte das ações que compõem seus respectivos blocos de controle (ou a celebração de acordo de acionistas que lhe assegure a preponderância nas deliberações sociais) por qualquer pessoa que não seja um Controlador ou Parte Relacionada de um Controlador na data desta Escritura de Emissão, ou (ii) a redução da participação direta ou indireta da Advent na Garantidora para menos de 20,5% (vinte inteiros e cinco décimos por cento);

- XII. após as ações de emissão da Garantidora serem listadas no segmento de negociação designado "Novo Mercado", da BM&FBOVESPA, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, caso a Garantidora deixe de deter, direta ou indiretamente (a) o controle da Companhia ou da Unopar, ou (b) a maioria do capital social da Companhia ou da Unopar;
- XIII. alteração do objeto social da Companhia e/ou da Garantidora, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais vigentes na Data de Emissão, de forma que suas atividades deixem de ser no setor de ensino, exceto conforme aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento das Debêntures em circulação;
- XIV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- XV. inadimplemento, pela Companhia, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), de qualquer obrigação financeira (excluindo obrigações tributárias para as quais não tenha havido lançamento) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, ressalvado que, (a) no caso de retenções ou compensações de valores devidos nos termos de contratos para aquisição de sociedades e ativos, amparadas em previsão expressa contratual ou legal, caso tal previsão seja objeto de questionamento judicial por terceiro, somente será considerado

ocorrido um inadimplemento após o trânsito em julgado de decisão judicial proferida nesse sentido; e (b) está excluído deste inciso o inadimplemento de obrigações tributárias para as quais já tenha havido lançamento se sua exigibilidade estiver suspensa nos termos previstos em lei;

- XVI. vencimento antecipado, seja por declaração do respectivo credor ou de forma automática, de qualquer obrigação financeira da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, decorrente de (a) contratos e obrigações de natureza bancária; (b) títulos de crédito, obrigações de pagamento e valores mobiliários representativos de dívida; (c) operações financeiras de qualquer natureza, inclusive derivativos; (e) operações no mercado aberto, de câmbio ou de mercado de capitais; e (f) operações de natureza similar às descritas acima;
- XVII. protesto de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Companhia, a Garantidora e/ou qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Controlada em questão, conforme o caso, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, dentro do prazo legal;
- XVIII. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer decisão judicial transitada em julgado, e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Companhia e/ou a Garantidora, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGPM, ou seu equivalente em outras moedas;
- XIX. alienação ou qualquer forma de transferência, pela Companhia, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) que contribuam, de forma individual ou agregada, por 30% (trinta por cento) ou mais do EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso IV) da Garantidora, para qualquer sociedade que não seja uma

Controlada, exceto (a) pelas vendas de produtos ou serviços no curso normal de seus negócios, ou (b) se aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco) por cento das Debêntures em circulação;

- XX. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativo(s) de propriedade ou explorados pela Companhia, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada, e que reduza de forma significativa a capacidade da Companhia e/ou da Garantidora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XXI. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou a Garantidora esteja(m) em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, exceto pelo pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXII. não observância, pela Garantidora, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pela Companhia, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), e verificados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 7.1 abaixo, inciso II, alínea (a), tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora (conforme definido na Cláusula 7.2 abaixo, inciso I, alínea (b)) relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de cada exercício social, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho de 2012:
- (a) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso III) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso IV), que deverá ser igual ou inferior a:
- (i) 4,0 (quatro inteiros), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho de 2012, 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2013;
- (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora

relativas a 31 de dezembro de 2013, 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2014, 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2015; e

(iii) 3,0 (três inteiros), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de cada exercício social, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho de 2016; e

(b) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelo Resultado Financeiro (conforme definido na Cláusula 6.26.4 abaixo, inciso VI), que deverá ser igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de cada exercício social, a partir, inclusive, das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas a 30 de junho de 2012.

6.26.1 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26 acima, incisos I, III, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XVI, XVII, XVIII, XX ou XXI, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.26.2 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.26.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.26.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia e a Garantidora, observados os termos da Cláusula 6.11 acima, se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o



saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26.4 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Advent" significa, em conjunto, (a) as sociedades controladas, direta ou indiretamente, por fundos geridos pela Advent International Corporation e (b) os fundos geridos, direta ou indiretamente, por fundos geridos pela Advent International Corporation, desde que, em qualquer caso, esta detenha o poder para tomar, isoladamente, decisões de investimento de tais fundos;
- II. "Controlada Relevante" significa toda e qualquer Controlada da Garantidora representativa de 30% (trinta por cento) ou mais de seu EBITDA (conforme definido na Cláusula IV abaixo, inciso IV);
- III. "Dívida Líquida" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora, o saldo devedor de principal, juros e encargos, inclusive moratórios, de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos as disponibilidades de curto prazo (somatório do caixa e aplicações financeiras e recebíveis exclusivamente do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES);
- IV. "EBITDA" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido da Garantidora, em bases consolidadas (incluindo resultados *pro forma*, considerando os resultados da Unopar, exclusivamente conforme previsto na Cláusula 7.2 abaixo, inciso II, alínea (d)), relativos aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social (diferidos ou não), das despesas de depreciação e amortização, inclusive de ágio (líquida de deságio), despesas não recorrentes (especificamente, despesas relacionadas à integração de empresas adquiridas, como custos rescisórios, consultorias de integração, demais gastos relativos aos processos de integração), e de despesas não caixa (especificamente, provisões

para contingências, *goodwill impairments*, despesas com planos de opção de compra ou subscrição de ações), sendo que os juros recebidos das mensalidades pagas em atraso por alunos serão considerados uma receita operacional para os fins desta definição;

- V. "Parte Relacionada" significa, com relação à Companhia ou à Garantidora, conforme o caso (a) as pessoas naturais que sejam Controladoras e acionistas diretas da Garantidora; (b) o cônjuge e/ou qualquer ascendente, descendente e/ou colateral até o terceiro grau das pessoas naturais mencionadas no item (a); e (c) as pessoas jurídicas e fundos de investimento geridos de forma não discricionária cuja maioria do capital seja detida pelas pessoas mencionadas nos itens (a) e (b);
- VI. "Resultado Financeiro" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, sendo apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo, estando excluídos desse cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil; e
- VII. Todas as referências a Controladores e Controladas contidas em disposições desta Escritura de Emissão deverão ser entendidas, respectivamente, como referências aos Controladores e Controladas da Garantidora e/ou da Companhia, conforme o caso, na data específica do fato ou evento a que a disposição em questão alude.
- 6.27 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEMG e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.28 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

- I. para a Companhia (sendo que a Garantidora deverá sempre ser copiada):

Editora e Distribuidora Educacional S.A.  
Rua Santa Madalena Sofia 25, 4º andar  
30380-650 Belo Horizonte, MG  
At.: Sr. Leonardo Lara  
Telefone: (31) 2126-0749  
Fac-símile: (31) 2126-0775  
Correio Eletrônico: [leonardol@kroton.com.br](mailto:leonardol@kroton.com.br)

- II. para a Garantidora (sendo que a Companhia deverá sempre ser copiada):

Kroton Educacional S.A.  
Alameda Santos 787, 1º andar  
01419-001 São Paulo, SP  
At.: Sr. Frederico Abreu  
Telefone: (11) 3775-2000  
Fac-símile: (11) 3775-2010  
Correio Eletrônico: [frederico.abreu@kroton.com.br](mailto:frederico.abreu@kroton.com.br)

- III. para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares  
04530-001 São Paulo, SP  
At.: Gregoli Pedroso Tasso  
Telefone: (11) 3048-9915/9763  
Fac-símile: (11) 3048-9888  
Correio Eletrônico: [gregoli@slw.com.br](mailto:gregoli@slw.com.br)

## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DA GARANTIDORA

### 7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na Internet ou na página da CVM na Internet, na mesma data em que ocorrer primeiro entre (i) 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou (ii) a data da efetiva divulgação, cópia



das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia");

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados das datas a que se refere a Cláusula 7.2 abaixo, inciso I, alíneas (a) e (b) (exceto com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Garantidora relativas a 31 de março e a 30 de setembro de cada exercício social), as rubricas necessárias à verificação dos Índices Financeiros, acompanhadas de demonstração do cálculo dos Índices Financeiros realizado pela Companhia;
- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia e/ou da Garantidora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta

Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEMG e os competentes cartórios de registro de títulos e documentos; e

(h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCEMG e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;

- III. cumprir, e fazer com que suas Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- IV. manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas;
- VI. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (SDT) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- VII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, da Garantidora;
- VIII. efetuar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas atividades previstas nesta Escritura de Emissão, desde que devidamente comprovadas, incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- IX. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;

- X. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XI. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XII. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
  - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
  - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
  - (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
  - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2 A Garantidora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na Internet ou na página da CVM na Internet:
- (a) na data em que ocorrer primeiro entre (a) 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou (b) a data da efetiva divulgação, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por auditor independente, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, incluindo, em notas explicativas, a memória de cálculo do EBITDA conforme previsto na forma da Cláusula 6.26.4 acima, inciso IV ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Garantidora");
  - (b) na data em que ocorrer primeiro entre (a) 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e (b) a data da efetiva divulgação, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada por auditor independente, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, incluindo, em notas explicativas, a memória de cálculo do EBITDA conforme previsto na forma da Cláusula 6.26.4 acima, inciso IV ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Garantidora", sendo as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Garantidora e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Garantidora, quando referidas indistintamente, "Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora");
  - (c) nos mesmos prazos previstos para o envio dessas informações à CVM, cópia das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); e
  - (d) na mesma data da entrega das Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Garantidora relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2012, nos termos da alínea (b) acima, demonstrações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da Garantidora contemplando os efeitos da aquisição, pela Companhia, da Unopar para o período de doze meses encerrado em 30 de junho de 2012, incluindo, em notas explicativas, memória cálculo do EBITDA conforme previsto

na forma da Cláusula 6.26.4 acima, inciso IV, as quais, para os fins da Cláusula 6.26.4 acima, serão consideradas como parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora, para o período aplicável;

- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
  - (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Garantidora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
  - (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante; e
  - (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
- III. manter atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- IV. cumprir, e fazer com que suas Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- V. manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas;
- VII. efetuar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, da Garantidora;

- VIII. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- IX. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
  - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes; e
  - (d) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:
- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
  - II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
  - III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
  - IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação lícita, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. verificou a regularidade da constituição da Fiança, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- VIII. é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia ou com a Garantidora que o impeça de exercer suas funções; e
- XIII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia e da Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia e da Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu

substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas, e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.27 e 6.28 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.



8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$10.000,00 (dez mil reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da 1ª (primeira) Data de Integralização, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e pela Garantidora, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima; e
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento;

II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança) por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos

documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens e estadias, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (e) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou da Garantidora no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia e pela Garantidora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e/ou da Garantidora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
  - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
  - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
  - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
  - VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Garantidora não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
  - VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
  - X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;

- XI. examinar proposta de substituição da Fiança, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou da Garantidora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia e/ou na Garantidora;
- XIV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XV. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar e enviar à Companhia, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis anteriores ao término do prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e a Garantidora enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia e pela Garantidora no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou pela Garantidora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia ou pela Garantidora;
  - (b) alterações estatutárias da Companhia ou da Garantidora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;

- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
  - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pela Garantidora nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança;
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, Controlada, Controlador ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XVIII. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança), nos termos da Cláusula 6.26.1 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;
- XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer e os Índices Financeiros;

- XXII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada concomitantemente à Companhia, à CVM e à CETIP; e
- XXIII. divulgar as informações referidas no inciso XVI acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.26 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação legalmente permitida para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
  - II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão, executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
  - III. requerer a falência da Companhia e da Garantidora, se não existirem garantias reais;
  - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou da Garantidora.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.26, 6.26.1, 6.26.2 e 6.26.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere

autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
  - II. as seguintes alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia e que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer

dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da Fiança; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.17 acima; (j) das disposições relativas à Cláusula 6.18 acima; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

- 9.6.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) à Garantidora; (iii) a qualquer Controlada; (iv) a qualquer Controlador; (v) a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas nos itens anteriores; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia e da Garantidora nas assembleias gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

## 10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA GARANTIDORA

### 10.1 A Companhia e a Garantidora, de forma solidária, neste ato, declaram que:

- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e a Garantidora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os



requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- III. os representantes legais da Companhia e da Garantidora que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou da Garantidora, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem o estatuto social da Companhia ou o estatuto social da Garantidora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou a Garantidora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) no melhor de seu conhecimento, não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou a Garantidora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Companhia e/ou da Garantidora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e da Garantidora, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião da Oferta e constantes do formulário de referência, elaborado pela Garantidora em conformidade com a Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") e nos avisos de ato ou fato relevante divulgados pela

Garantidora desde a mais recente data de apresentação do Formulário de Referência são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- IX. o Formulário de Referência (a) contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Garantidora e das Controladas, e de suas respectivas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Garantidora e das Controladas, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contém declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes; e (c) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM;
- X. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XI. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Garantidora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Garantidora, conforme o caso, naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XII. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles (a) questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial; ou (b) que não sejam passíveis de afetar, de forma relevante, sua capacidade de cumprir suas obrigações, nos termos desta Escritura de Emissão;
- XIII. estão, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante;

- XIV. possuem, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não tenha um Efeito Adverso Relevante; e
- XV. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão.
- 10.2 A Companhia e a Garantidora, de forma solidária, irrevogável e irrevogável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e a Garantidora obrigam-se a notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar(em) conhecimento, caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa ou incorreta na data em que foi prestada.

## 11. DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Companhia e da Garantidora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e à Fiança.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irrevogável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar de boa fé, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. FORO

- 13.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

São Paulo, 12 de janeiro de 2012.

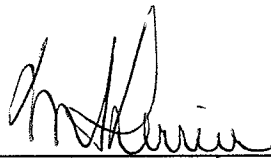
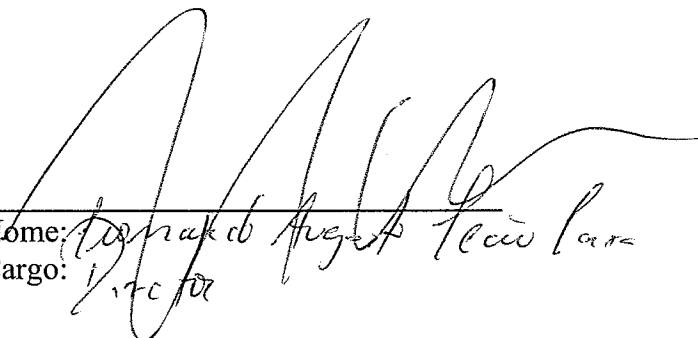
(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



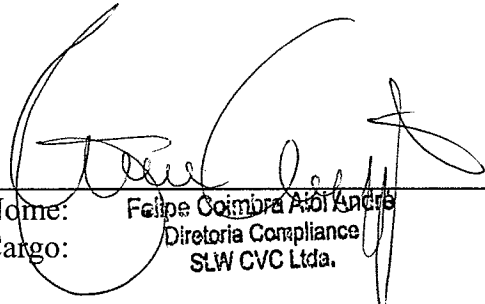
Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e Distribuidora Educacional S.A., celebrado em 12 de janeiro de 2012, entre Editora e Distribuidora Educacional S.A., SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Kroton Educacional S.A. – Página de Assinaturas 1/4.

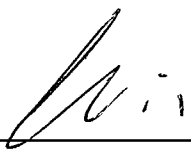
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A.

	
Nome: Monica Aparecida Perceira	Nome: Rafael Augusto Teófilo
Cargo: Diretora	Cargo: Diretor

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e Distribuidora Educacional S.A., celebrado em 12 de janeiro de 2012, entre Editora e Distribuidora Educacional S.A., SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Kroton Educacional S.A. – Página de Assinaturas 2/4.

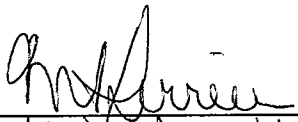
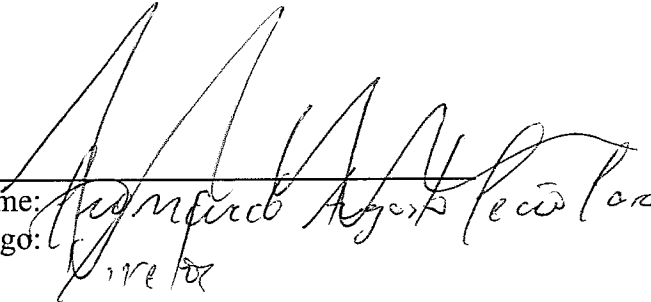
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

  
Nome: Felipe Coimbra  
Cargo: Diretoria Compliance  
SLW CVC Ltda.

  
Nome: Gregoli Pedroso Tasso  
Cargo: Depto. Agente Fiduciário  
SLWCVC LTDA.

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e Distribuidora Educacional S.A., celebrado em 12 de janeiro de 2012, entre Editora e Distribuidora Educacional S.A., SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Kroton Educacional S.A. – Página de Assinaturas 3/4.


KROTON EDUCACIONAL S.A.


	
Nome: Mônica Andreia de Ferreira	Nome: Agnirio Augusto Leão
Cargo: Diretora	Cargo: Diretor



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira Emissão de Editora e Distribuidora Educacional S.A., celebrado em 12 de janeiro de 2012, entre Editora e Distribuidora Educacional S.A., SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Kroton Educacional S.A. – Página de Assinaturas 4/4.

Testemunhas:

  
Nome: Sérgio de Freitas Lima  
Id.: 14.8.406610  
CPF/MF: 030.822.246-10

  
Nome: Roberto Luiz da Silva  
Id.: 168331436  
CPF/MF: 03927274631

